

ENTRE A IMPOSIÇÃO E A CONCILIAÇÃO: A RELAÇÃO DE BORGES DE MEDEIROS COM OS REPRESENTANTES DO PRR

BETWEEN IMPOSITION AND CONCILIATION: THE RELATIONSHIP OF BORGES DE MEDEIROS WITH PRR MEMBERS

Paula Vanessa Paz Ribeiro¹

RESUMO

A historiografia normalmente menciona o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) como uma instituição hegemônica e coesa na política nacional da Primeira República (1889-1930), que possuía um aparato disciplinar capaz de evitar cisões e competições no interior da bancada gaúcha. Esse artigo investiga a suposta coesão do PRR e os conflitos internos da bancada gaúcha entre os anos de 1919 a 1921. Através das correspondências enviadas à Borges de Medeiros e de um apoio bibliográfico objetivo analisar como o chefe do partido se posicionava diante dos conflitos e até que ponto a independência de alguns correligionários, nos assuntos interestaduais, atingia a estabilidade do partido.

Palavras-Chave: Bancada Gaúcha. Conflitos internos. Estabilidade Partidária.

ABSTRACT

The historiography usually mentions the Rio-Grandense Republican Party (PRR) as a hegemonic and united institution in the national politics of First Republic (1889-1930), which used to have disciplinary apparatus for avoiding divisions and competitions in the interior of gaucha's bench. This paper investigates the suppose cohesion of PRR and internal conflicts of gaucha's bench between 1919 and 1921. According to letters, which were sent to Borges de Medeiros, and through a bibliographical support, I aim to analyze how the party's leader used to behave himself in the conflicts and to what extent some cohorts' independence, in the interstate issues, could reach the party's stability.

Keywords: Gaucha's Bench. Internal Conflicts. Political Party Stability.

INTRODUÇÃO

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) é constantemente mencionado pela historiografia e pela ciência política (LOVE, 1975; FAUSTO, 1978; VISCARDI, 2001; RICCI; ZULINI, 2014; ZULINI, 2016) como uma

¹ Professora de História da Prefeitura Municipal de Alegrete. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)- na linha de pesquisa Relações de Poder Político-institucional. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciada em História pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

estrutura institucional estável e coesa que possuía uma máquina político-eleitoral organizada e disciplinada que mantinha correligionários fieis ao programa político do partido e obedientes ao comando do chefe.

Entretanto, ao lermos atentamente as correspondências trocadas entre os representantes do partido no Congresso Federal com Borges de Medeiros, chefe do partido, identificamos em alguns momentos políticos a existência de cisões entre os representantes do PRR na bancada gaúcha, que produziam disputas entre as correntes e ameaçavam a estabilidade da instituição. Borges de Medeiros tratava de conter o desentendimento entre os correligionários e impedir que as notícias fossem divulgadas pela imprensa nacional e, principalmente, estadual, de modo a manter a aparência de coesão e estabilidade política.

Em razão dessa evidência, nesse artigo examinarei a estrutura institucional do PRR e os conflitos que ocorreram no interior da bancada gaúcha que influenciaram a permanência e a exclusão dos representantes na Câmara Federal. A partir desse estudo, objetivo analisar até que ponto os representantes do PRR desafiavam as orientações de Borges de Medeiros nas questões relacionadas à posição da bancada no âmbito federal. Esse estudo se concentrará nos anos de 1919 a 1921, no contexto da eleição à presidente da República, da vaga surgida com o falecimento do Presidente Rodrigues Alves, e das negociações sobre a escolha ou não de um novo líder na bancada gaúcha.

Antes de adentrarmos nas divergências internas do partido situacionista gaúcho, apresentarei o processo de institucionalização do PRR, de modo a explicar como se sustentava a autoridade de Borges de Medeiros entre os correligionários, principalmente dos representantes na Câmara Federal. Nesse sentido, na primeira seção, início no momento da transferência do governo de Júlio de Castilhos para em seguida analisar a relação de Borges de Medeiros com os correligionários e, assim, responder os seguintes questionamentos: como funcionava a máquina político-partidária do PRR e como o chefe do partido agia diante dos conflitos entre os correligionários na Câmara Federal?

1 O período de construção da autoridade política de Borges de Medeiros: da divergência interna à conciliação

Em janeiro de 1898, Júlio de Castilho afastou-se da administração do estado para dedicar-se a organização interna do PRR, com o propósito de disciplinar as lideranças dos diretórios municipais e controlar os correligionários rebeldes que ameaçavam os interesses políticos da instituição,

no momento posterior à Revolução Federalista (1893-1895). Indicou Borges de Medeiros para seu sucessor no governo do estado, pelo fato desse correligionário ter desenvolvido importantes obras para o partido, como a organização do anteprojeto do Código de Processo Penal, a elaboração dos códigos da legislação eleitoral do estado (LOVE, 1975, p. 82; FRANCO, 1988, p. 173) e por ter dado provas de fidelidade pessoal e política.

Conforme Joseph Love (1975, p. 82), Borges de Medeiros elegeu-se presidente do estado do Rio Grande do Sul em novembro de 1897, em uma eleição sem concorrentes. Apesar da permanência do PRR no poder do estado, a preferência do chefe partidário por um dos mais jovens republicanos para seu sucessor produziu descontentamento de alguns correligionários, principalmente nos anos que sucederam a morte de Castilhos², quando republicanos históricos passaram a questionar as pretensões de Borges de Medeiros na direção do partido e na presidência do estado (AXT, 2007, p. 98).

De modo a legitimar sua autoridade no governo do estado e garantir a hegemonia do PRR como partido situacionista, Borges de Medeiros empenhou-se na construção de um discurso na imprensa partidária, *A Federação*, que enaltecia a Constituição Rio-Grandense, fortalecia os laços do estado em relação ao governo federal e identificava seu governo como defensor dos interesses dos sul-rio-grandenses, que se empenhava no progresso econômico do estado. Segundo Céli Pinto (1986, p. 44), “o período que segue a 1898, [...], caracteriza-se por um novo discurso, que poderia ser chamado de discurso de implantação do projeto político do PRR”.

Apesar desse esforço discursivo, no âmbito interno a autoridade de Borges de Medeiros foi contestada por alguns correligionários do PRR, durante a competição político-eleitoral para presidência do estado do Rio Grande do Sul em 1907. O republicano histórico Fernando Abbott lançou sua candidatura em oposição à direção política de Borges de Medeiros, como alternativa de ação para o regime republicano do estado. Apesar de agir na dissidência republicana, Fernando Abbott declarava-se fiel à Constituição Rio-Grandense de 1891, divergindo na forma de governo por inclinar-se pela corrente liberal, conforme demonstrou Maria Antonieta Antonacci:

Havia, portanto, uma tensão no PRR entre correntes que preconizavam duas formas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal. Numa tentativa de apreender a direção desta corrente liberal, que surgiu

2 Júlio Prestes de Castilhos faleceu em 24 de outubro de 1903.

no PRR e que serviu de base para a luta da fração da classe dominante gaúcha desalojada do estado, acompanhando-se a formação do Partido Republicano Democrática (ANTONACCI, 1981, p. 24).

Segundo análise da autora, a corrente liberal do PRR formou-se devido ao descontentamento com a “onipresença” de Borges de Medeiros no governo do estado, por suas constantes intervenções nos governos municipais, pela imposição de decretos que anulavam as funções legais do legislativo e pelo controle que exercia sobre o judiciário ao nomear os juízes distritais e ao autorizar as promoções dos desembargadores (AXT, 2007, p. 94).

No processo eleitoral, Borges de Medeiros recuou seu plano político de reeleger-se ao terceiro mandato e indicou Carlos Barbosa Gonçalves, republicano histórico para seu sucessor. Apesar da competição com os dissidentes, Fernando Abbott, Assis Brasil e os correligionários do extinto Partido Republicano Liberal (PRL)³ que contaram com o apoio de alguns elementos federalistas⁴ no bloco antiborgista, o candidato do PRR saiu vitorioso no pleito, obteve mais 61.000 votos a favor e cerca de 16.000 votos contra (LOVE, 1975, p.89).

A partir de 1913, quando Borges de Medeiros reassumiu o governo do estado passou a adotar uma postura mais agressiva, através da coerção e dissolução das facções que ameaçavam a estabilidade interna do partido e do combate nas urnas dos grupos oposicionistas, seja nas eleições municipais, estadual e ou federal. A autoridade exercida por Borges de Medeiros sobre os assuntos partidários e governamentais forçava a dependência e a submissão dos correligionários às suas decisões, o que desagradava muitos destacados republicanos históricos que recusavam cumprir as orientações do novo chefe e tomavam uma postura autônoma seja dentro do partido quanto no próprio Congresso.

Joseph Love (1975, p. 85) apresentou um caso de descumprimento das orientações do chefe partidário em 1895, no período em que o PRR

3 O Partido Republicano Liberal (PRL) foi fundado logo após a Revolução Federalista pelo Clube Republicano Autonomista, composto pelos dissidentes do PRR Homero Baptista, Álvaro Baptista, Francisco Miranda, Pedro Moacyr e Alcides Lima. Mais tarde aliaram-se ao partido os dissidentes “revolucionários” Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Farias. O partido manifestava-se anticastilhistas e defensor da revisão constitucional, entretanto, teve existência efêmera, extinguiu-se tempo depois, quanto suas tentativas de articulação e institucionalização foram frustradas (NEVES, 1995, p.195-196).

4 Aderiram à candidatura de Fernando Abbot à presidência do estado em 1907 a facção federalista liderada por Rafael Cabeda e o dissidente Pedro Moacyr que se filiou ao Partido Federalista entre os anos de 1897 e 1898. (ANTONACCI, 1981, p.27). A outra facção federalista liderada por Francisco Antunes Maciel foi contrária ao apoio político (NEVES, 1995, p. 201).

estava sob o controle de Júlio de Castilhos, a insubordinação do deputado federal Pedro Moacyr, que durante uma votação no Congresso recusou-se a seguir a orientação do partido, posicionou-se de forma independente divergindo dos demais representantes da bancada gaúcha, em conseqüência, sofreu retaliação na renovação da Câmara em 1896, quando não foi indicado na chapa oficial do partido e não conseguiu reeleger-se pela candidatura independente.

Essa forma de retaliação foi mantida por Borges de Medeiros na direção do partido e no governo do estado até o final do seu quarto mandato presidencial (1919-1922), quando a conjuntura política proporcionava tal postura, diferentemente do modo como se posicionou no contexto do seu quinto mandato presidencial em 1923 e 1924, quando o partido sofreu retaliações nacionais e Borges de Medeiros enfraqueceu seu controle sobre os representantes do partido.

A partir da exclusão dos correligionários rebeldes da chapa oficial do partido buscava controlar a escolha dos candidatos a deputado federal e estadual, impor sua autoridade e, assim, manter a instituição coesa e disciplinada. Um exemplo de insubordinação partidária durante o governo de Borges de Medeiros ocorreu em 1922, no processo eleitoral para presidente do estado, pela ação do deputado federal Carlos Maximiliano que se aproximou da facção federalista *cabedista* com a intenção de conquistar apoio político para sua candidatura, confrontando os planos do PRR em reeleger seu chefe político. Em conseqüência desse episódio, Carlos Maximiliano não foi indicado à chapa do PRR à renovação da Câmara Federal em 1924, como punição a sua insubordinação à instituição partidária.

Importante ressaltar que a experiência política e a rede de relações estabelecidas por Carlos Maximiliano⁵ no âmbito federal não foi suficiente para mantê-lo na bancada gaúcha, foi excluído da chapa por posicionar-se contra as orientações do chefe do partido. Borges de Medeiros empregava uma política de centralização do partido, de modo a controlar todas as decisões da instituição tanto na política e na administração do estado e dos municípios quanto na bancada gaúcha na Câmara Federal, por isso empenhava-se em afastar um correligionário influente com pretensões independentes do que mantê-lo e correr o risco de fracionar a instituição

5 Integrou em 1912-1914 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, atuou como Ministro da Justiça e Negócios Interiores durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918) e em 1916 assumiu interinamente a pasta de Agricultura, Indústria e Comércio. Durante a 31ª e a 32ª Legislatura da Câmara Federal participou da Comissão de Constituição e Justiça (MOREIRA, s/data, p. 01-02). Teve destacada participação política no âmbito nacional, até mesmo foi indicado como possível candidato à vice-presidência da República em 1920, no governo de Epitácio Pessoa (PACOTILHA, 27-07-1920, p.01).

partidária, pela ascensão de tendências que ameaçavam sua estabilidade.

Inclusive, a composição da lista dos candidatos que concorreriam as eleições da Assembléia dos Representantes e da Câmara Federal deixou de ser organizada, depois da morte de Castilhos, pela comissão executiva do partido e passou a ser realizada por Borges de Medeiros como forma de exercer sua autoridade e intervir nos conflitos das facções intrapartidárias que emergiam nas eleições municipais e na composição da chapa a deputado estadual e federal. O novo chefe do partido se utilizava dos conflitos entre as facções locais para posicionar-se pelo grupo que menos ameaça produzisse à sua administração, com o propósito de demonstrar a influência dos chefes locais e de submeter suas ações às ordens do governo estadual (FÉLIX, 1987, p.71; AXT, 2007, p.105).

Para legitimar seu poder no estado do Rio Grande do Sul, através da aceitação e obediência político-partidária, Borges de Medeiros empenhou-se na construção de um discurso que o reconhecia como o herdeiro da política de Júlio de Castilhos, que exaltava sua trajetória política e o comparava com o patriarca. O processo de aceitação de Borges de Medeiros como chefe político unipessoal do partido e do governo do estado contou com a contribuição de um discurso performativo emitido nas páginas da *A Federação*, que fez alusão às qualidades de um e de outro e ressaltou o fato de ter sido escolhido por Castilhos para ser seu sucessor (RIBEIRO, 2014, p.55).

A hegemonia do PRR no executivo e no legislativo estadual, assim como no controle das vagas na Câmara Federal, foi possível pelo modelo imposto pela Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, que permitiu ao presidente do estado a reeleição ininterrupta e a concentração de poderes, restringindo as funções do legislativo às questões orçamentárias, cabendo ao executivo a promulgação de decretos leis. Assim, a Carta Constitucional viabilizou a implantação de uma máquina político-eleitoral que permitiu ao presidente do estado controlar o aparato estatal e redigir leis eleitorais próprias que serviam como instrumento do monopólio político do PRR (FÉLIX, 1987, p.69).

Por meio de uma Constituição que garantia sua autoridade e permanência no poder do estado, Borges de Medeiros impôs aos correligionários uma direção partidária centrada nas suas decisões, tanto no que se refere ao posicionamento dos representantes do PRR na Assembléia dos Representantes e na Câmara Federal, quanto nos acordos interestaduais relacionados à política nacional.

2 Os conflitos no interior da bancada gaúcha e a ação de Borges de Medeiros

O controle político de Borges de Medeiros também se estendeu às negociações das sucessões presidenciais da República, era ele quem ditava com quais estados o PRR deveria aliar-se e determinava os procedimentos a serem tomados pelos representantes diante da polarização produzida pelas eleições. Apesar da imposição do chefe político, alguns deputados tiravam proveito da posição e da rede de relações que estabeleciam no âmbito nacional para construir alianças em nome do partido nos processos presidenciais, sem a prévia consulta, em alguns casos, à estrutura institucional do partido, ou seja, ao chefe partidário e ao líder da bancada na Câmara.

A pretensão à autonomia política por parte de alguns representantes no Congresso Federal no contexto da década de 1920, também foi observado em outros momentos políticos, como foi demonstrado acima. De acordo com essa evidência é possível perceber que Borges de Medeiros e a própria bancada gaúcha, composta majoritariamente por deputados do PRR, esforçavam-se para esconder da imprensa nacional e estadual os conflitos internos no próprio grupo.

Essa postura se explica pelo próprio modelo castilhistaborgista, fundamentado na concepção moral da doutrina política positivista e no preceito da obediência ao chefe partidário, por acreditar que esse possuía a experiência e as virtudes necessárias para conduzir os interesses dos sul-rio-grandenses. A aparência de estabilidade política, de organização e disciplina partidária produziu a autoridade e a legitimidade do PRR diante das demais bancadas.

A independência de alguns correligionários do PRR nos assuntos referentes à política nacional provocava polêmica e desentendimento na bancada, que suscitava a denúncia do infrator ao chefe do partido. A partir da análise da correspondência recebida por Borges de Medeiros constatamos o conflito entre os correligionários Vespúcio de Abreu e Silva, líder da bancada gaúcha, e o senador Soares dos Santos, durante as negociações da vaga da presidência da República, aberta com o falecimento do Presidente Rodrigues Alves.

Na carta enviada por Vespúcio de Abreu a Borges de Medeiros foram descritos, sumariamente, os acontecimentos do ano de 1919, sobretudo as articulações que se formaram e se desfizeram em torno das candidaturas de Rui Barbosa, J. J. Seabra, Lauro Müller e Epitácio Pessoa, e revelou que um representante da bancada gaúcha havia comprometido o nome do Rio Grande do Sul no apoio a candidatura de Epitácio Pessoa, a ponto dos representantes dos estados da federação mencionarem o pernambucano

como candidato do Rio Grande do Sul.

Segundo o deputado Vespúcio de Abreu, o seu colega de representação defendeu a candidatura de Epitácio e se aproximou da família Pessoa exclusivamente em defesa dos seus interesses pessoais, principalmente em função de seus negócios de terra em Mato Grosso. No conteúdo da carta transparece o desagrado do líder da bancada com essa situação, inclusive esse solicita a Borges de Medeiros que tomasse providências em relação a postura do representante do partido.

Nessa correspondência é evidente a divergência interna da bancada gaúcha na resolução de assuntos relevantes na política nacional, pelo fato de alguns representantes exercerem autonomia nas negociações, ao usufruírem as vantagens oferecidas pela deputação, a ampliação da rede de relações políticas que permitiam a participação nos arranjos que eram controlados pelas lideranças dos estados mais atuantes na política nacional, Minas Gerais e São Paulo. A reclamação de Vespúcio de Abreu se fundamentou no fato do colega de representação ter passado por cima da sua posição de líder da bancada ao ter se comprometido com a candidatura de Epitácio Pessoa em nome da bancada e do próprio chefe do partido, que produziu uma situação desconfortável para o Rio Grande do Sul.

Na carta enviada por Vespúcio de Abreu Silva, o senador gaúcho Victorino Monteiro é citado como colaborador da negociação, ao intervir junto à bancada mineira oferecendo o apoio do Rio Grande do Sul à candidatura do paraibano Epitácio Pessoa à presidência da República em 1919. Ao apresentar tais fatos, o líder da bancada gaúcha declarou não ter participado das negociações, “por não ter relações pessoais com o dr. Epitácio” e por não ter sido chamado e procurado, estando o colega de bancada, do qual não citou o nome, à frente dos acordos, esse que nem sequer o consultou sobre tal arranjo político, cujo assunto lhe dizia respeito por ser líder da bancada gaúcha. Descontente com essa situação argumentou que:

Deixo sempre a meus colegas inteira liberdade de palavra e noto nas questões técnicas e, de acordo com as respostas por vós oferecidas às consultas que vos faço e pelo resultado de deliberação da bancada, quando não há tempo para se receber a vossa resposta, fecho as questões de ordem doutrinária.

É verdade que esta conduta tem dado lugar a abusos de alguns, demasiado impulsivos, que não medem

bem as suas responsabilidades de representantes de um partido como o nosso, e que se colocam e procuram colocar a bancada em falsa posição.

São estes os indisciplinados que por suas pretensões de independência criam atritos na bancada ou os ambiciosos almejantes de uma crise que surja e lhes dê a direção que cobiçam.

[...] Muitas vezes, quando o excesso de linguagem des- ses a que me refiro torna-se por demais inconvenientes ou sua ação censurável, tenho, para vós, que sois o nosso chefe supremo, apelado, rogando indiretamente vossa intervenção (SILVA, 1920, p.10).

A partir da leitura desse trecho da carta é possível perceber que a bancada gaúcha não era assim tão harmônica, houve momentos em que os correligionários menos conducentes à doutrina autoritária do partido descumpriam suas orientações. Os princípios de lealdade, obediência e submissão ao chefe político, que fundamentavam o discurso político-ideológico da doutrina castilhistaborgista, incitaram o descontentamento, a objeção à direção unipessoal de Borges de Medeiros e, conseqüentemente, à dissidência republicana (AXT, 2007, p. 105).

Tudo indica que o senador Soares dos Santos era o correligionário que havia se envolvido em um conflito com Vespúcio de Abreu e Silva, líder da bancada gaúcha, durante os arranjos da escolha dos candidatos à presidência e à vice-presidência da República em 1919 e 1920. Essa constatação se sustenta na correspondência enviada por Soares dos Santos a Borges de Medeiros em agosto de 1920, em que esse explicou sua participação no episódio e responsabilizou a imprensa fluminense por criar intrigas entre os membros da bancada, principalmente com Vespúcio de Abreu. Vejamos um trecho da carta de Soares dos Santos, em que se justifica ao chefe do partido:

Não é do meu feitio sobrepor as minhas visões aos interesses da coletividade e não tenho ambições pessoais, bem podeis compreender que jamais colaboraria para aquele fim colimado, que é o de diminuir a ação do nosso Estado na política nacional. As iniciativas que tomei com relação à política de Minas, não foram perturbadoras, não tendo nenhuma importância o incidente relativo ao Chico Salles. Nunca escrevi carta ao Arthur Bernardes sobre este assunto, nem disse que o Rio Grande apresentaria aquela candidatura, conforme se quis explorar, obrigando o Vespúcio a vos telegrafar. Não recebi pressão de nenhum deputado mineiro;

só tendo, pelo contrário, motivo para agradecer a carinhosa atitude do presidente de Minas, que constantemente recomendava aos seus representantes, que sempre resolvessem de acordo comigo.

[...]. Eis tudo quanto se passou. É possível que eu tenha sido inábil nas atitudes que fui obrigado a assumir, mas acredite oh meu Caro chefe que tudo fiz no interesse do Rio Grande, tendo hoje a grata satisfação de verificar que a nossa situação está perfeitamente acreditada na opinião nacional. Graças aos vossos conselhos e a disciplina que tens mantido, como a base sem a qual não teríamos alcançado os resultados que tanto elevaram a política rio-grandense. Pedindo-me desculpa pela atenção desta, subscrevo-me. (SANTOS, 1920, p.01-05).

A partir das correspondências enviadas por Vespúcio de Abreu e Soares dos Santos a Borges de Medeiros é possível constatar que apesar do controle do chefe partidário na ação dos representantes na Câmara Federal houve aqueles que desafiavam suas orientações em certos momentos políticos, principalmente durante as negociações das sucessões presidenciais da República.

Entretanto, a disputa de poderes no interior da bancada gaúcha não anulou a autoridade de Borges de Medeiros diante dos correligionários do PRR, que era presidente do estado e chefe do PRR, essa fez parte de uma posição hierárquica inferior, embora o discurso ideológico do PRR insistisse em afirmar a inexistência de facções e divisões no seio do partido político. A partir da leitura da correspondência recebida por Borges de Medeiros é possível identificar o respeito que os correligionários tinham com sua pessoa e posição política, tanto que era recorrente a consulta sobre a posição a ser tomada em certas circunstâncias e, sobretudo, a denúncia da ação dos colegas de deputação que manifestavam uma postura independente e contrária às orientações do chefe partidário, que comprova a divergência interna no PRR em certas conjunturas políticas.

O descontentamento com alguns colegas de representação motivou o deputado Evaristo Teixeira do Amaral Júnior escrever a Borges de Medeiros para expor os arranjos que se formaram nos bastidores da bancada gaúcha, que desafiavam suas orientações e provocavam a divisão interna. Esse episódio teve um motivo parecido do desentendimento de Vespúcio de Abreu e Silva com Soares dos Santos no final do ano de 1919 e início de 1920, ambos os casos se trataram de lutas políticas, disputas de poder e de influência política no âmbito nacional.

Evaristo do Amaral informou Borges de Medeiros sobre a divergên-

cia produzida na bancada em torno da questão da ausência de um líder. Revelou que os senadores Vespúcio de Abreu, Soares dos Santos e os deputados Augusto Pestana e Octavio Rocha arquitetavam uma alternativa diferente da proposta apresentada pelo chefe do partido, que consistia na bancada ficar sem liderança como ocorria na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

Conforme Evaristo do Amaral, os senadores Vespúcio de Abreu e Soares dos Santos esperaram a realização da reunião da bancada para propor aos colegas de representação a alternativa da escolha da liderança, com o propósito de indicar a candidatura do deputado Octavio Rocha. No conteúdo da carta transparece a indignação do autor com a postura dos senadores, que insistiam pela consulta sobre as fórmulas, ao questionar a orientação dada pelo chefe do partido durante a última reunião em Porto Alegre.

Além disso, Evaristo do Amaral comentou que foi impedido de se pronunciar por Octavio Rocha e Vespúcio, durante a reunião realizada depois da posse do ex-líder no Senado, quando pronunciou que não havia necessidade de consulta, que deveria imperar a opinião do chefe do partido. Na seqüência da carta, depois de relatar a polêmica e a tensão produzida no ato da reunião entre os componentes da bancada, comentou que a imprensa divulgou como certa as candidaturas de Octavio da Rocha e Carlos Maximiliano, e chamou a atenção para o fato de Maximiliano não ser um dos candidatos, pelo fato desse não ser próximo de Augusto Pestana, embora tenha “uma conduta irrepreensível e desinteressada”. Vejamos um trecho da carta de Evaristo do Amaral em que declarava a Borges de Medeiros seu descontentamento com as atitudes dos senadores Vespúcio e Soares dos Santos:

Estamos todos muito mais desembaraçados e livres de procedimentos como foi sempre o do Vespúcio de agir, em reserva, de combinações com o Soares e o Rocha, sem ouvir-nos, sem consulta aos companheiros, sem informar-nos, como por mais de uma vez deixei provado em reuniões de bancada, pelo que concluí que a direção política d'esses senadores subordinados aos processos de Conde de Lippe, poderá ser advertida, mas nunca destinada pelos demais membros da representação. Escrevo de alma aberta, sem prevenções e sem restrições e sem reservas, pois quaisquer companheiros podem lê-la (AMARAL, 1920, p.05-06).

Conforme observamos no trecho acima, o relacionamento estabelecido entre os deputados e senadores era tenso e complexo, grupos se formavam em determinadas conjunturas políticas para legitimar-se no poder e, assim, conquistar um espaço maior de atuação e de vantagens. Não se trata apenas em conquistar a posição de líder da bancada gaúcha, mas também em garantir seus lugares em importantes Comissões na Câmara Federal, como a de Finanças e Justiça.

Observem que no final de 1919 e início de 1920, Vespúcio de Abreu e Silva e o senador Soares dos Santos não tinham uma relação amistosa, o primeiro desgostava da interferência do segundo em assuntos que lhe diziam respeito, o segundo se defendia das acusações de modo a preservar sua imagem e posição frente ao chefe do partido. A divergência entre os dois foi anulada quando Vespúcio ocupou a vaga de Rivadavia Correa no Senado em junho de 1920, mediante a vitória eleitoral. A partir da constatação da mudança de posição, podemos afirmar que o relacionamento político dos congressistas gaúchos era complexo, variava de acordo com a conjuntura e transitava entre a tensão e a aliança conforme os interesses em jogo.

Essa situação revela a instabilidade dos sistemas de alianças na Primeira República, não apenas no que diz respeito aos acordos estabelecidos entre os estados, mas também às alianças entre os próprios correligionários, colegas de bancada. O que estava em jogo nesse contexto era o controle do poder político, a permanência na posição de congressistas e o interesse em participar das negociações dos estados-atores na definição das candidaturas à presidente e vice-presidente da República, que lhe proporcionavam pastas ministeriais ou a participação em importantes Comissões na Câmara Federal.

Do mesmo modo que afirmo a existência da competição no interior da bancada gaúcha e o protagonismo de alguns representantes do PRR nas negociações entre os principais estados-atores da política nacional, questiono o que levou Borges de Medeiros a permitir a autonomia de ação desses correligionários, sendo ele descrito pela imprensa oposicionista e nacional como autoritário e centralizador na direção do partido e no governo do estado. A partir dessa lacuna, levanto as seguintes hipóteses:

- a) A autoridade do chefe do partido estava sendo contestada e enfrentava um período de crise e enfraquecimento político;
- b) Tratou-se de uma estratégia empregada para conservar seu controle político-partidário a partir de concessões a sua base de apoio;

- c) Havia a necessidade do protagonismo de um ou dois representantes da bancada gaúcha no cenário nacional, que atuavam como mediadores de Borges de Medeiros junto às bancadas dos principais estados-atores da política, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro, que garantia a posição do Rio Grande do Sul como estado atuante e peça decisiva nos acordos das sucessões presidenciais.

No contexto político dos anos de 1919 e 1920, Borges de Medeiros controlava a composição da chapa do PRR a renovação da representação da Câmara e do terço do Senado, assim como a lista dos candidatos à Assembleia dos Representantes e as eleições municipais, ao selecionar para as funções políticas os correligionários mais fiéis e disciplinados, dispostos a acatar suas orientações no âmbito regional, estadual e federal. A máquina castilhistaborgista enfrentou a crise política derradeira, somente, a partir do segundo semestre de 1923 que se estendeu até 1928, quando Borges de Medeiros encerrou seu último mandato como presidente do estado do Rio Grande do Sul (ANTONACCI, 1981, p. 104).

A causa do desmantelamento da máquina castilhistaborgista se localiza nas dissensões internas que desestabilizaram o partido durante o conflito armado de 1923⁶, justamente no momento em que Borges de Medeiros não contava com o apoio do governo federal, por ter se manifestado contra a candidatura do Presidente Arthur Bernardes no processo eleitoral de 1921-1922. O ressentimento político do Presidente da República com Borges de Medeiros não se encontra apenas na recusa ao apoio político à sua candidatura, mas, sobretudo, pelo fato do PRR ter promovido a Reação Republicana, a partir da articulação com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e lançado a chapa Nilo Peçanha e Andrade Bezerra contra a chapa oficial do Catete.

Logo, a competição entre os representantes do PRR no Congresso Federal em 1919 e 1920 não ocorreu em um momento de instabilidade e crise política do governo de Borges de Medeiros, segundo a historiografia (LOVE, 1975; ANTONACCI, 1981; FÉLIX, 1987; AXT, 2007) o enfraquecimento da máquina castilhistaborgista ocorreu somente a partir de 1923, quando o presidente do estado do Rio Grande do Sul teve que acatar as sanções do governo federal no Acordo de Pedras Altas, através da proibição da reeleição na próxima eleição estadual em 1928 e de indicar o vice-presi-

6 O conflito armado de 1923 foi insurgido pela Aliança Libertadora, oposição política, em resposta as fraudes eleitorais de 1922 que favoreceu a reeleição de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial.

dente do estado. Essas medidas foram introduzidas por meio da revisão da Constituição Rio-Grandense, que era a base de sustentação da hegemonia do PRR no poder do estado e no controle das vagas no Congresso Federal.

Desse modo, a hipótese que a autoridade do chefe do partido estava sendo contestada e enfrentava um período de crise e enfraquecimento político pode ser descartado para os anos de 1919 a 1921, que correspondeu ao contexto da eleição a 32^a Legislatura à Câmara Federal⁷.

No que tange a hipótese “b” e “c” podemos considerá-las válidas a partir da análise da trajetória do PRR no centro da política nacional. A fase de consolidação do poder do PRR, durante o governo Júlio de Castilhos e do seu sucessor Borges de Medeiros, é caracterizada por uma política de conciliação e concessão (FÉLIX, 1987), fundamentada na hierarquia e na disciplina político-partidária. Ademais, era necessário ter a aceitação à sua política de governo e gestão partidária, devido a isso tiveram que construir uma sólida base de apoio, firmada na fidelidade e no comprometimento com a doutrina partidária.

Na etapa de construção da base de apoio do PRR dois elementos articuladores foram essenciais para a consolidação do projeto político: o coronelismo, alicerçado na relação de lealdade e compromisso político (FÉLIX, 1987, p.67) e o discurso ideológico promovido pela *A Federação* e os demais jornais dos diretórios municipais do PRR no estado⁸, que interagiram com os sul-rio-grandenses através de um discurso que exaltava a República, a imagem e as ações dos líderes partidários, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e reforçava a existência de um inimigo comum, o Partido Federalista, que planejava derrubar o regime republicano e restaurar a monarquia (PINTO, 1986, p.18).

As lideranças do PRR através da barganha política e estatal garantiram seu controle no governo do estado durante cerca de 30 anos e inseriram-se no centro da política nacional como representantes de um partido hegemônico e de um estado importante na resolução das matérias econômicas e políticas da Federação. Assim, o Rio Grande do Sul conquistou seu espaço como estado-ator da política nacional, garantiu sua participação nas negociações da sucessão presidencial, ocupou importantes pastas ministeriais e seus deputados elegeram-se às comissões da Câmara Federal.

De tal modo, podemos concluir que a hipótese “b”, que pressupõe que Borges de Medeiros concedia uma parcela de autonomia aos represen-

7 Na próxima seção analiso esse contexto, mais especificamente, a fase de composição da chapa do PRR a deputado federal.

8 Entre esses jornais cito *A Gazeta de Alegrete*; como o nome já diz do diretório do PRR do município de Alegrete; o jornal *O Dever*, do diretório do município de Bagé.

tantes do PRR na Câmara Federal como uma estratégia de conservar sua base de apoio político, é verídica, pelo fato da hegemonia partidária do PRR não se sustentar apenas na disciplina e em um discurso de afeto e fidelidade ao líder, mas também pela abertura política à participação dos atores oriundos de suas bases locais, com o intuito de produzir um sentimento de cooperação partidária e aceitação do líder político. Assim, Borges de Medeiros buscou combater em diversos momentos o perigo da dissidência, que ameaçava a estabilidade do PRR e a permanência de seu controle político na direção do partido e no governo do estado.

A partir dessa estratégia, Borges de Medeiros administrou as concessões e disciplinou seus correligionários de modo a mantê-los subordinados às suas determinações sobre os assuntos referentes à ação do partido na Câmara Federal e nas negociações à sucessão presidencial da República. Isso não quer dizer que não tenha surgido dentre os privilegiados da concessão política o desejo de independência de ação e de subversão à hierarquia institucional, que não houve o risco de uma tentativa de destituição do líder partidário. Ao contrário, dentro da bancada gaúcha, havia relatos da insubordinação de alguns correligionários que foram penalizados, através da imposição de abandonarem suas vagas e da exclusão da lista de candidatos à renovação da Câmara Federal.

O primeiro caso ocorreu durante o período (1905-1915), em que Píndaro Machado controlava a representação gaúcha no Congresso Federal, em que obrigou o deputado Darcy a renunciar a vaga na Câmara por causa da sua falta de fidelidade ao PRR (LOVE, 1975, p.152). O segundo caso refere-se exclusão do deputado Carlos Maximiliano na lista de candidatos do PRR a eleição a 33ª legislatura em 1924, pelo fato desse ter se manifestado contra a reeleição de Borges de Medeiros à presidência do estado em 1922 e por ter se aproximado da oposição política, da facção *cabedista* do PF, com o intuito de lançar sua candidatura pela oposição.

Além disso, os próprios momentos de instabilidade política na bancada gaúcha, provocados pela divisão entre os representantes na resolução de assuntos de ordem política e econômica cumpriam a função de legitimar, embora involuntariamente, a autoridade de Borges de Medeiros que era solicitado pelos correligionários de ambos os lados para instaurar a ordem e a disciplina no corpo de deputados e senadores. A correspondência recebida por Borges de Medeiros revela esse aspecto no conteúdo das reclamações que os deputados e senadores fazem de seus colegas de representação, que comprova a autoridade e o papel conciliador exercido pelo chefe do partido.

Nesse sentido, no contexto em que o governo de Borges de Medeiros acompanhou um período de hegemonia e estabilidade política (1919, 1920,

1921 e 1922) a concessão política à sua base de apoio tratou-se de um meio de assegurar sua continuidade na direção do partido e no governo do estado. Ademais, era de extrema importância para o situacionismo gaúcho possuir representantes que participassem das negociações que ocorriam nos bastidores da política nacional, principalmente das reuniões promovidas pelas lideranças dos estados-atores da política nacional (São Paulo e Minas Gerais, assim como os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco). Sobre a necessidade da ação dos representantes do PRR no cenário nacional, no qual se refere à hipótese “c” sustentada para explicar o consentimento de Borges de Medeiros para o exercício de autonomia de alguns representantes no âmbito da política nacional, Joseph Love mencionou que:

[...] os políticos gaúchos tinham interesses estaduais vitais a defender na Capital. Existiam, é obvio interesses econômicos, maximamente, dentre eles, os produtos da pecuária, em geral, e o charque, em particular. E havia a preocupação referente aos efeitos das tarifas, ao regulamento das fronteiras e ao comércio externo. As considerações políticas também tinham de ser levadas em consulta, e mesmo que o Rio Grande parecesse relativamente seguro contra a intervenção federal, as desordens no Uruguai, de 1897 a 1904, tiveram de ser vigiadas cuidadosamente. A possibilidade de federalistas poderem aproveitar-se das sublevações platinas, mantinha os dirigentes do PRR ansiosos pelas opiniões do executivo federal em torno do problema da fronteira.

Outro tema sustentado pela política castilhista, no respeito da Federação, tratava-se da defesa da Constituição Brasileira contra revisões que enfraquecem a autoridade estadual, posição que se encaixa com a rejeição a qualquer tentativa federal de entregar à minoria uma porção de poder, no governo estadual do Rio Grande (LOVE, 1975, p. 94).

Desse modo, a necessidade do PRR ter representantes ativos na política nacional era de extrema importância para os interesses econômicos e políticos do estado. Por isso, Borges de Medeiros não reprimiu a atuação de Soares dos Santos no episódio da eleição à vaga de Rodrigues Alves em 1919, tanto que os membros do seu bloco político, Joaquim Osório, Augusto Pestana, Octavio Rocha, Carlos Barbosa e Domingos Mascarenhas⁹, foram

9 A partir das notícias divulgadas pelo jornal *O Imparcial* (Ed. 1.505, 08-06-1920, p.02) se constatou que esses correligionários integravam um mesmo bloco político, estavam articulados no caso da eleição do líder da bancada e eram defensores da proposta de haver eleição.

reeleitos à 32ª Legislatura e conquistaram vitória significativa na eleição das Comissões da Câmara Federal em 1921¹⁰. A participação ativa dos representantes do PRR nas pastas ministeriais e nas Comissões permanentes era fundamental para assegurar os interesses políticos e econômicos do Rio Grande do Sul.

Borges de Medeiros, em diversos momentos políticos, recusou aceitar pastas ministeriais e a lançar sua candidatura à presidência da República (LOVE, 1975, p. 164) por priorizar a administração do governo do estado do Rio Grande do Sul e a direção do PRR, como estratégia de preservar seu controle político e a hegemonia do PRR na política estadual e nacional. Desse modo, coordenou de longe as ações da bancada gaúcha e influenciou diretamente nos processos da sucessão presidencial, posicionando-se em algumas circunstâncias como aliado de uma ou das duas lideranças dos estados-atores da política nacional (Minas Gerias e São Paulo) e em outros como oponente político.

O Rio Grande do Sul a partir de 1910 ganhou espaço de destaque na política nacional, sobretudo em uma fase que exigia maior participação política, em que havia o interesse de conquistar o apoio do governo federal para a realização de obras fundamentais para o desenvolvimento do estado, que eram a expansão da estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo e a obra de drenagem do Porto de Pelotas que beneficiou a exportação da carne bovina do estado. A inserção dos gaúchos na política nacional ocorreu nos anos que precederam o falecimento de Júlio de Castilhos, no momento em que o PRR conquistou certa estabilidade política com o afastamento da ameaça oposicionista e com a estruturação da máquina político-eleitoral de Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos na liderança do partido.

Entre os anos de 1905 e 1910, o senador gaúcho Pinheiro Machado exerceu destaque na política federal a partir da sua capacidade de persuasão e das suas manobras políticas nas Comissões de Verificação e Poderes da Câmara Federal e no processo de sucessão presidencial da República. O senador tinha boas relações com as lideranças políticas de São Paulo e com as altas patentes do exército que lhe proporcionaram uma maior margem de atuação e interferência política. Joseph Love apontou que a chave do poder do senador era:

O apoio consistente de um governo “permanente” no Rio Grande do Sul; o controle, no Congresso, das comissões

10 O deputado Octavio Rocha foi eleito em primeiro lugar (77 votos) à Comissão Permanente da Marinha e Guerra.

apuradoras e de dois cargos vitais, o de Vice-Presidente do Senado e o de líder da maioria na Câmara; o instrumento da disciplina partidária exercida através do PRC; a livre utilização de subvenções aos jornais influentes; e uma ascendência pessoal sobre o Presidente: estas eram a chave do poder de Pinheiro Machado. O seu “sistema”, porém, consistia em relações pessoais e, portanto, estava sujeito às fidelidades inconstante da elite política (LOVE, 1975, p.162).

A posição de liderança de Pinheiro Machado na política nacional proporcionou aos correligionários do PRR uma extensa margem de atuação na execução dos projetos econômicos do governo do estado, na defesa da Constituição Rio-Grandense (contra a ascensão das correntes revisionistas) e manteve o estado afastado da intervenção federal. Durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca os correligionários do PRR foram beneficiados com a indicação de importantes pastas ministeriais¹¹ e o governo de Borges de Medeiros foi atendido com a resolução de questões relacionadas ao ensino e à política fiscal, além de garantir uma maior autoridade no governo do estado, através do controle do porto de Porto Alegre, na construção das estradas de ferro e na indicação de gaúchos em importantes cargos públicos (LOVE, 1975, p.165-166).

Nesse sentido, é evidente a importância da participação dos deputados e senadores do PRR nos arranjos interestaduais, do quanto vantajoso era para o governo de Borges de Medeiros contar com a ação de representantes na bancada que possuíam uma ampla rede social e política para defender os interesses econômicos e políticos do Rio Grande do Sul. De acordo com essa lógica, ocupar pastas ministeriais e participar das Comissões da Câmara Federal se convertia em uma maior autoridade de ação do partido na política nacional e poder no governo estadual, sobretudo no que se refere à exclusão dos candidatos oposicionistas e no atendimento das demandas econômicas do estado.

A partir do cruzamento das fontes com a bibliografia produzida sobre o assunto ficou claro que a autoridade exercida por Borges de Medeiros, entre os representantes do PRR na Câmara Federal, se adaptou às necessidades do momento, ao possibilitar em determinadas conjunturas certo grau de autonomia aos parlamentares, principalmente no que dizia respeito às negociações entre as bancadas majoritárias, a de Minas Gerais e São Paulo.

11 No governo do gaúcho Hermes da Fonseca, os correligionários do PRR ocuparam as mais importantes pastas ministeriais. Rivadávia Correa ocupou a posição de Ministro da Justiça e mais tarde de Ministro da Fazenda, José Barbosa Gonçalves ocupou o Ministério da Viação (LOVE, 1975, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina partidária e a presença de uma liderança política foram fatores responsáveis pela consolidação da hegemonia do PRR, da sua condição de partido situacionista e na sua importância na política nacional. A partir do reconhecimento da autoridade máxima do partido, Borges de Medeiros controlou a entrada e a saída dos representantes no legislativo estadual e federal. Os requisitos para ser indicado candidato a deputado federal eram três: ter experiência política, competência na função e, principalmente, ter dado provas de fidelidade ao chefe partidário.

Em suma, eram escolhidos por Borges de Medeiros os candidatos que representariam o PRR no centro da política nacional. Os indicados tinham o dever de informar ao chefe do partido as movimentações política na Capital da República, assim como de consultá-lo antes de tomar uma posição e decisão em nome do partido nas votações do Congresso e nos assuntos relacionados aos acordos interestaduais.

Apesar desse preceito, houve aqueles que desafiavam as orientações de Borges de Medeiros em certos momentos políticos, principalmente durante as negociações ocorridas no contexto da sucessão presidencial da República. A tomada de posição destes produzia tensão no interior da bancada gaúcha, composta predominantemente por representantes do PRR, principalmente quando esses não seguiam as orientações do chefe partidário e desprezavam a autoridade do líder da bancada.

Através da análise das correspondências enviadas à Borges de Medeiros é possível identificar que a estrutura institucional do PRR não era tão coesa e estável como muito se propagou. A divergência entre seus representantes marcou momentos de tensão e instabilidade que dividiu a bancada em pólos de disputa que competiam por mais espaço na política nacional e pela confiança do chefe partidário. Havia forte fiscalização entre os congressistas, a ponto de ser denunciado ao chefe do partido aqueles que discordavam da sua postura ou competiam por mais espaço de atuação na política nacional.

Apesar da presença de cisões no interior da bancada gaúcha, percebemos que em certas circunstâncias políticas Borges de Medeiros delegava a alguns representantes autonomia e espaço de interação entre as lideranças das bancadas estaduais, principalmente nos processos de sucessão presidencial da República, com o propósito de defender os interesses do governo do estado e conquistar a nomeação dos representantes do partido em importantes pastas ministeriais ou na indicação as comissões da Câmara Federal a cada nova legislatura.

A estrutura institucional do PRR era centralizada no comando polí-

tico de Borges de Medeiros, tanto na esfera municipal e estadual quanto na federal. Diante das cisões, o chefe do partido chamava a atenção do correli-gionário rebelde, em casos extremos retirava sua candidatura à próxima legislatura, de modo a punir suas ações independentes e contrárias a sua autoridade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 21, n.2, 1995.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. Porto Alegre: Memorial do RS, [s.d.].
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MOREIRA, Regina da Luz. Ildefonso Simões Lopes. In. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LOPES,%20Ildefonso%20Sim%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2017.
- PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: J&PM Editores, 1986.
- RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República*. Dados Rio de Ja-

neiro, v. 57, p. 443-479, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a06v57n2.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Artes, 2001.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime oligárquico de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. SILVA, Vespúcio de Abreu e. [Carta] 25 jan. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 14 f.

_____. SANTOS, Soares dos. [Carta] 04 ago. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 7 f.

_____. AMARAL, Evaristo [Carta] 07 jun. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 6 f.

Hemeroteca Digital Brasileira. Pacotilha [S. Luiz do Maranhão], n. 175, p. 01, 27 jul. 1920.

_____. *O Imparcial*. Como se orientará a bancada gaúcha na Câmara – Últimas informações. n. 1505, p.02, 08 jun. 1920.